

INDIVIDUALISMO E UTOPIA: ELEMENTOS DA NARRATIVA UTÓPICA EM *O MÉDICO RURAL*, DE BALZAC

Paulo Sérgio Marques¹

RESUMO: No romance *O Médico Rural*, Balzac atualiza a narrativa utópica, forma literária proposta pela cultura renascentista, na *Utopia* de Thomas More. Mantendo algumas características da tradição, o autor combina-as a qualidades da forma romanesca para elaborar uma utopia do individualismo burguês. Este artigo busca definir e enumerar as características tradicionais da narrativa utópica, a partir das teorias de Raymond Trousson, Luigi Firpo, Lyman Tower Sargent, Émile-Michel Cioran e outros, e mostrar como elas são coordenadas ou transcendidas pelo romance balzaquiano.

Palavras-Chave: Narrativa Utópica – Romance Burguês – Literatura Francesa – Honoré de Balzac.

Em seu romance *O Médico Rural*, publicado em 1933, Honoré de Balzac propõe, na forma de uma narrativa ficcional, um modelo de sociedade perfeita, erigida segundo os valores da ascendente burguesia européia. Trata-se, portanto, de uma obra que recupera, no século dezenove, um gênero surgido no Renascimento, pelas mãos do filósofo Thomas More, em seu *A Utopia*, que une ficção e ciência social: a narrativa utópica.

O livro de Balzac conta a história de Pedro José Genestas, um militar do exército francês em viagem a um canto da França rural, para encontrar-se com um famoso médico, o Sr. Benassis. Ali, ele se depara com uma utopia social realizada, erigida pelo esforço do médico, que então lhe narra, em longos trechos de discurso monológico, o percurso do aperfeiçoamento econômico e social do lugar. No final, já amigos, ambos confessam-se mutuamente: Genestas, depois de ganhar confiança no médico, diz que vem até ele para lhe pedir tratamento ao filho doente; Benassis, por sua vez, conta sua vida passada, em que uma falta moral o fez recolher-se ao campo e empreender o projeto de reconstrução rural.

Para compreender as características da narrativa utópica e percorrê-las no romance de Balzac, é preciso antes distinguir a utopia social da utopia como gênero literário. Lyman Tower Sargent, que criou uma tipologia para o gênero utópico,

¹ Paulo Sérgio Marques é mestre em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual de São Paulo Júlio de Mesquita Filho (FCLAR/Unesp), onde cursa atualmente o doutorado no mesmo programa, sob orientação da Prof. Dra. Ana Luiza Silva Camarani (Fomento: Capes). E-mail para contato: santiagoovilmar@hotmail.com.

também distingue utopismo (*utopianism*), que ele define como um “sonho social” (*social dreaming*), de utopia, “uma sociedade não-existente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço” (SARGENT, 2005, p. 154). A tese de outro teórico do gênero, Raymond Trousson, também é a de que é preciso, primeiramente, distinguir entre o termo *utopismo*, cunhado por Alexandre Cionarescu para definir uma “atitude mental” ampla, que circula pela economia, pelo urbanismo, pela política, pela história e por outras ciências, além da própria literatura, da *utopia* propriamente dita, que designa uma categoria literária de expressão. Ao primeiro sentido pode vincular-se a definição de Bronislaw Baczkó, para quem a consciência utópica constitui “uma visão global da vida social que é radicalmente oposta à realidade social existente e, em conseqüência, radicalmente crítica’ e construtiva, pois favorece o desenvolvimento de um imaginário social” (TROUSSON, 2005, p. 127). Já o segundo termo designa um tipo de discurso ficcional com “procedimentos narratológicos específicos” (TROUSSON, 2005, p. 130). Na verdade, toda utopia revela-se, portanto, como uma ficcionalização de um utopismo, isto é, a disposição em forma de narrativa ficcional de um ideal de sociedade utópica.

Disposta em texto ficcional, a narrativa utópica revela peculiaridades discursivas, se comparada a outras formas narrativas, características que elenco a seguir, apontando-as no texto de *O Médico Rural*.

1. CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO IDEAL COMO ALTERNATIVA AO REAL

Toda narrativa utópica descreve um mundo ideal como proposta a um mundo real compartilhado pelo autor e pelo leitor entre os quais ela circula, realidade e idealidade que se inscrevem, ambas, textualmente: Hitlodeu, personagem de Thomas More, fala de Utopia, falando de sua Inglaterra real, e mostra a Inglaterra real a partir do ideal de sua Utopia. A utopia é, portanto, uma ficção que se elabora a partir do diálogo entre o real e o ideal, entre o existente e o imaginado, ou, em última palavra, entre o real e o mito. O filósofo Émile-Michel Cioran, num livro que busca estabelecer relações entre utopia e História, explica que o gênero utópico surge justamente de uma recusa da realidade imediata: “A sensatez, à qual nada fascina, recomenda a felicidade *dada*, existente; o homem recusa esta felicidade, e essa simples recusa faz dele um animal histórico, isto é, um amante da felicidade *imaginada*” (CIORAN, 1994, p. 101, grifos do autor). A idealidade, que cria os movimentos da História, é, pois, o móvel também do gênero utópico.

Em cartas que acompanham a produção de *O Médico Rural*, Balzac chega a confessar essa idealidade, ao afirmar, por exemplo, que está trabalhando numa “*Imitação de Jesus Cristo* poetizada” (RÓNAI, 1958:291), referindo-se à obra do século XV, atribuída a Thomas de Kempis, que propunha o ascetismo como meio de se chegar a uma vida cristã ideal. Em outros momentos, diz que seu livro “é o *Evangelho* em ação”, isto é, uma idealidade religiosa posta na prática (RÓNAI, 1958, p. 293).

De fato, o encontro de Genestas com o médico rural, Sr. Benassis, inicia-se por uma exposição deste sobre o rincão, num capítulo intitulado “O grande problema de um lugar pequeno”, em que o médico vai apontar as falhas da realidade que ele precisou ajustar: fome, doença, ignorância, ociosidade são alguns dos males que Benassis enfrentou e baniu de seu mundo ideal, pelo prazer de intervir no mundo e reinventá-lo como esforço individual, segundo princípios de uma sociedade perfeita. Confessa o Sr. Benassis:

As transformações a introduzir neste cantão, que a natureza fizera tão rico e que o homem tornara tão pobre, deviam ocupar toda a minha vida; elas me tentaram pela própria dificuldade de as executar. [...] Oh! não me deixei levar por nenhuma ilusão, nem acerca do caráter da gente do campo, nem no que toca aos obstáculos que se encontram ao tentar melhorar os homens ou as coisas (BALZAC, 1958, p. 323)².

As pessoas que Benassis escolhe como agentes de seu projeto são homens falidos e destruídos, infelizes ou desesperados, que, contudo, melhoram depois de assumirem suas funções na nova sociedade em ascensão: o juiz era “um antigo notário de Grenoble, arruinado por uma falsa especulação”; o professor da escola rural era “um padre ajuramentado, repelido por todo o departamento”; a professora, “uma digna senhora arruinada que não sabia para que santo apelar”; o sapateiro, um “pobre músico ambulante” (BALZAC, 1958, p. 330-332); e, acima deles, a “Fosseuse”, importante e comovente personagem no enredo de Balzac, recolhida da orfandade e da perdição pelo generoso médico e acomodada numa idílica casa de campo para prestar serviços de costura à gente local. Como o Cândido de Voltaire, em seu jardim paradisíaco, Benassis recolhe os refugos humanos, os depositários individuais dos males e vícios, para mostrar como a imperfeição da realidade pode ser convertida, pelo idealismo social, em um mundo notável e sem defeitos.

2. ANTROPOCENTRISMO

A conversão da realidade deficiente em mundo sem defeitos só é possível, na utopia, graças à crença de que o Mal não é um elemento irreconstruível presente na natureza das coisas, mas um desvio na ordem do mundo e dos homens, que o próprio homem, por sua força de superação e auto-superação, pode transcender e eliminar.

Por isso, a utopia distingue-se dos mitos do Paraíso Perdido: lembra Raymond Trousson que a intencionalidade construtiva elimina as narrativas nostálgicas sobre a idade de ouro, “de um tempo de antes da decadência e da queda”, pois es-

² Utilizei, para este artigo, a tradução de Vidal de Oliveira, para *O Médico Rural*, publicada pela Editora Globo, em 1958, no 13º volume da *Comédia Humana*.

sa idade é uma “lei fixada pela divindade”, um mundo “*dado* ao homem e não edificado por ele”. A utopia “olha para o porvir”, manifesta a “representação de uma felicidade obtida *apesar* da queda e vontade de modificar o curso da história”. Não constituem imagens utópicas, portanto, mundos como o medieval país da Cocanha, que se apresenta como uma “meta-história impossível”, ou a Arcádia renascentista, que expressa “circunspeção e renúncia” à cidade e à sociedade organizada. Narrativas como estas “evocam o abrigo, o refúgio, a demissão frente ao real”, enquanto a utopia “recusa a submissão à transcendência” (TROUSSON, 2005, p. 129-130, grifos do autor).

A utopia precisa ser uma obra humana, uma crença no poder da humanidade de superar seus desafios e construir seu mundo ideal, o que faz desse gênero uma defesa do antropocentrismo na literatura de ficção: “Se a utopia – como o utopismo – supõe a vontade de construir, frente à realidade existente, um mundo outro e uma história alternativa, ela se revela essencialmente humanista ou antropocêntrica, na medida em que, pura criação humana, ela faz do homem mestre de seu destino” (TROUSSON, 2005, p. 128). Assim, “a utopia propõe uma redenção do homem pelo homem, nascida de um sentimento trágico da história e da vontade de dirigir seu curso. Procura de uma felicidade ativa, ela visa dar uma finalidade terrestre à aventura humana e testemunha uma consciência sociológica desperta” (TROUSSON, 2005, p. 130).

Benassis decide construir seu mundo ideal depois de sofrer com a impossibilidade de sua própria felicidade, levada à desgraça por suas ações de jovem inconseqüente. Sua desventura desperta-o para a necessidade de dar um sentido à própria existência, o que ele consegue tornando-se agente de um bem coletivo. A descoberta do poder no Homem leva a consciência à idéia da reforma social. “Aqueles que sondaram mais fundo os vícios e virtudes da natureza humana são os que os estudaram em si mesmos, de boa-fé”, prega o médico. “Nossa consciência é o ponto de partida” (BALZAC, 1958, p. 442). O encontro com o Homem em si levou ao encontro com o Homem na coletividade e à compreensão de que faz parte de uma esfera maior:

Tudo se torna grave na vida humana, quando a eternidade pesa sobre a mais leve das nossas determinações. Quando essa idéia pesa com todo o seu poder sobre a alma de um homem, e lhe faz sentir em si não sei quê de imenso que o põe em contato com o infinito, as coisas mudam estranhamente. Desse ponto de vista, a via é bem grande e bem pequena. O sentimento de minhas faltas não me fez pensar no céu enquanto tive esperanças na terra, enquanto achei alívio aos meus males em algumas ocupações sociais (BALZAC, 1958, p. 462).

Trata-se de um sentimento religioso, que, porém, não transcende a existência terrena. A consciência de Benassis não o faz se sentir divino, mas humano entre

homens, ao mesmo tempo com uma vida “bem pequena” e “bem grande”. De fato, notei como Balzac tomava seu romance como uma ficcionalização da *Imitação de Cristo*, pelo que Paulo Rónai chama a atenção para a freqüente presença dos princípios católicos nesta obra; entretanto, lembra o crítico, o catolicismo de *O Médico Rural* é “essencialmente prático e utilitário” (RÓNAI, 1958, p. 293), isto é, o evangelho “em ação”, como quis seu autor. Depende, pois, do Homem a escolha por um caminho melhor, pois tudo, no mundo social, é resultado das ações humanas: “O homem que destrói e o homem que constrói são dois fenômenos de vontade” (BALZAC, 1958, p. 337).

Outro sinal do antropocentrismo na obra é o valor que se dá à educação como móvel do desenvolvimento individual e do aperfeiçoamento social. “Não basta ser homem de bem para civilizar o mais humilde canto da terra, é preciso ademais ser instruído”, defende Benassis (BALZAC, 1958, p. 336). Existe, pois, uma essência humana a ser aprendida, um conceito de humanidade em que todo indivíduo deve ser iniciado.

A importância do antropocentrismo para a elaboração utópica fez Gerd Bor-nheim (1992, p. 255) afirmar que “só a cultura burguesa criou realmente utopias, ou melhor, a especificidade da utopia burguesa termina encontrando o fundamento de seu espaço de possibilidade no ateísmo”. De fato, antes do renascentista Thomas More – isto é, no início da ascensão burguesa –, conhecemos apenas a bem-aventurança apriorística do Paraíso original e da Jerusalém Celeste, mas não a sociedade perfeita futura e possível, erigida por mãos humanas numa geografia terrena. Se bem e mal são obra humana, o Paraíso é um desejo exequível – este é o pressuposto utópico.

3. CÓDIGO LEGISLATIVO

Lyman Tower Sargent (2005, p. 157) estabelece dois aspectos centrais para a utopia: em primeiro lugar, a sociedade descrita não deve existir na realidade; em segundo, o autor deve, de algum modo, avaliar ou estimar (*evaluate*) essa sociedade. Ou, como resume Trousson (2005, p. 130), “a utopia propõe a organização de uma sociedade feliz fundada na perfeição institucional”. Trata-se, portanto, de uma ordem institucional para assegurar o bem-estar público, o que faz da utopia um gênero literário elaborado em torno de um ideal normativo:

L'utopiste se retranche dans l'abstrait, choisit d'effacer le réel pour le reconstruire en pensée, d'imaginer un monde conforme à ses désirs. Il ya a en lui un législateur impatient – mais frustré – d'oeuvrer dans le concret et d'arrêter les règles du bonheur social. Constatant ce qui est, obsédé par un «devoir-être», il rêve du pouvoir qui lui permettrait de transformer sa théorie en réalité (TROUSSON, 2004, p. 35, grifo do autor).

A lei é o grande mito do autor utopista, a possibilidade de transformar o “dever-ser” em “ser”, realizar uma potencialidade que seu gênio enxerga, traduz em norma e inventa sua aplicação:

L’utopiste [...] fait de la loi un véritable mythe, il est l’institutionnaliste, et c’est pourquoi il est à la recherche du meilleur des mondes possibles obtenu par un jeu subtil et compliqué de règlement et d’obligations. Le Législateur fera donc de bonnes lois qui, agissant sur un peuple neuf, feront des hommes dignes de ces lois immuables (TROUSSON, 2004, p. 35-36, grifo do autor).

Benassis, o utopista do romance de Balzac, reconhece, como todo legislador utópico, os defeitos de sua época:

Perdemos com a monarquia *a honra*, com a religião de nossos pais, a *virtude cristã*, com os nossos infrutíferos ensaios de governo, o *patriotismo*. Esses princípios não existem mais, senão parcialmente, ao invés de animar as massas, porquanto as idéias nunca perecem. Agora, para amparar a sociedade, não temos outro sustentáculo, senão o *egoísmo*. [...] Desgraçado do país assim constituído! (BALZAC, 1958, p. 336).

A saída para os problemas é a legislação, pois “a lei é uniforme; os costumes, as terras, as inteligências não o são; ora, a administração é a arte de aplicar as leis sem ferir os interesses” (BALZAC, 1958, p. 338).

Sob essa égide da legislatura reside, por outro lado, um materialismo próprio do imaginário burguês e sintetizado no pensamento positivista do século XIX, do qual se verificam vestígios na doutrina do médico, que assim a explica a Genestas:

Quando me decidi religiosamente a esta vida de obscura resignação, hesitei muito tempo entre tornar-me padre, médico rural ou juiz de paz. Não é sem motivo, meu caro senhor, que, proverbialmente, se reúnem os três roupas pretas, o padre, o homem de lei, e o médico: um cura as feridas da alma, o outro as da bolsa, e o terceiro as do corpo; eles representam a sociedade nos seus três principais termos de existência: a consciência, a propriedade e a saúde. Outrora, o primeiro, depois, o segundo, foram todo o Estado (BALZAC, 1958, p. 338).

Está aí, reproduzida no discurso do médico, a teoria dos três Estados de Auguste Comte: a sociedade teocrática do sacerdote; a racional do jurista; e a prática do positivista. Note-se ainda que, no raciocínio de Benassis, o jurista é o defensor da “bolsa” e da “propriedade”. Por essas duas razões – o pragmatismo da lei e a justiça

como abono das atividades econômicas –, a legislação do médico para seu rincão utópico não é primeiramente social, mas *comercial*.

O sonho de Benassis, conforme sua própria confissão a Genestas, era o de promover “uma terceira era comercial” na comunidade que o abrigou (BALZAC, 1958, p. 332), o que ele conseguiu insuflando em seus moradores o ideal do progresso econômico e a moral do trabalho: “Fiz vir muitas famílias e gente laboriosa; dei-lhes a todos o sentimento de propriedade [...] Os infelizes que aqui encontrara, levando, a pé, alguns queijos a Grenoble, iam agora em carroça, levando frutas, ovos, galinhas, perus. Todos cresceram insensivelmente” (BALZAC, 1958, p. 331), movidos pelo estímulo do capital: “A circulação do dinheiro fazia nascer em todos o desejo de ganhá-lo; desaparecera a apatia, o burgo despertara” (BALZAC, 1958, p. 327). Sucedendo as melhorias fabris e comerciais ao burgo, este passa a viver eras de contínua evolução, fases que o médico nomeia por “eras industriais” (BALZAC, 1958, p. 328), responsáveis, por outro lado, pelo aumento da felicidade local, pois, se existe bem-estar social e individual na utopia de Benassis, é, acima de tudo, porque o comércio e a indústria foram bem encorajados e administrados, numa cadeia que une necessariamente a premissa do progresso comercial à conclusão do progresso social: “A necessidade engendrava a indústria, a indústria engendrava o comércio, o comércio criava o lucro, o lucro o bem-estar, e o bem-estar idéias úteis” (BALZAC, 1958, p. 326). Essas “idéias úteis” conduzem à quarta característica da sociedade descrita nas narrativas utópicas.

4. PRINCÍPIO DA UTILIDADE

Tudo, na sociedade do gênero utópico, tende para um fim e uma função: “*Rien d’inutile et surtout rien de nuisible, mais tout dirigé vers un but d’utilité*” (TROUSSON, 2004, p. 49). Instituições, bens e pessoas transformam-se em peças de uma engrenagem social perfeita, em que nada pode escapar a uma destinação prática e necessária.

No caso de *O Médico Rural*, essa característica assume posição central na sociedade proposta, uma vez que o utilitarismo constitui um dos primeiros princípios da vida e do mundo burguês. O capítulo X, em que Benassis expõe a seu convidado a concepção de sociedade perfeita que ele buscou erigir em sua comunidade rural, intitula-se “Tratado de Civilização Prática”, o que demonstra o pragmatismo dos ideais sociais do médico, em que o “Tratado” acaba sendo apenas uma exposição do uso dos bens e dos homens, pois “tais coisas são simples demais para compor-se com elas uma ciência; nada têm de brilhante, nem de teórico; têm a desgraça de ser muito simplesmente *úteis*” (BALZAC, 1958, p. 335, grifo meu).

Transformada em força de produção, a vida humana justa e desejável é aquela dominada pelo trabalho: “A vida dos ociosos é a única que custa caro, é talvez um roubo social consumir sem nada produzir” (BALZAC, 1958, p. 366), defende Benassis, dispondo, assim, num aforisma um dos princípios capitais de uma “ética” bur-

guesa (BORNHEIM, 1992, p. 250). Em *O Médico Rural*, a qualidade de vida das pessoas é avaliada por sua saúde física e sua disposição para as atividades produtivas:

A mulher, magra e pálida, que a princípio partilhava as preocupações e temores do patrão, engordou e está viçosa e bonita. As duas velhas mães sentem-se muito felizes e ocupam-se com as minúcias da casa e do comércio. O trabalho produziu dinheiro, e o dinheiro, com a tranqüilidade que trouxe, restituiu a saúde, a abundância e a alegria. Realmente, esta família é para mim a história viva da minha comuna e a de jovens Estados comerciantes. Esta olaria, que eu antigamente via sombria, vazia, suja, improdutiva, está hoje em pleno rendimento, bem habitada, animada, rica e abastecida (BALZAC, 1958, p. 375).

São estas as unidades de medida do bem-estar social: vigor para o trabalho, ocupação com as atividades laboriosas, engajamento no comércio, aquisição de capital e enriquecimento financeiro. Esta é a sociedade feliz, conforme o ideal burguês novecentista. Por isso, Benassis aconselha a seus protegidos: “Bem, meus filhos, prosperidade! Continuem a fazer fortuna e gente” (BALZAC, 1958, p. 376). Capital e mão-de-obra para fazer prosperar o negócio. Por isso, o casamento é um contrato cuja premissa não é o amor e o companheirismo humano, mas o cálculo de lucros e perdas: “Aqui, como em toda a parte na campanha, a paixão entra por pouca coisa nos casamentos. Em geral os camponeses querem uma mulher para ter filhos, para ter uma dona de casa que lhes faça uma boa sopa e lhes leve comida no campo, que lhes teça camisas e lhes remende as roupas” (BALZAC, 1958, p. 387). O sentimento é empecilho em todas as decisões que devem conduzir à prosperidade: “Os homens destinados a viver pelas inspirações do coração, ao invés de ouvir as ponderações que emanam da cabeça, permanecem muito tempo nessa situação” (BALZAC, 1958, p. 439). Não há progresso onde não há razão prática.

5. UNIFORMIDADE SOCIAL

Uma sociedade absolutamente racionalizada é uma sociedade uniforme. Por isso, o enredo utópico não apresenta conflitos entre as personagens e seu meio social:

L'idéal est que chaque citoyen soit assimilé, identifié à l'État. Il évitera donc à tout prix les divergences, les exceptions, les dissidences: ce qui frappe d'abord, en Utopie, c'est l'unanimité complète, quasi mécanique, des volontés nourries d'une même conviction et tendues vers un même but. De là, la suppression, ou plutôt l'inexistence de sources de conflits, des passions et des revendications; il n'y a pas de minorités agissantes, pas de partis au

sens politique du terme, qui experimeraient des vues contradictoires et rompraient l'ordre et la norme (TROUSSON, 2004, p. 36).

Duas características do pensamento de Balzac muitas vezes são vistas como contraditórias num homem que tão bem representou a classe burguesa em sua obra: o catolicismo e o monarquismo. Outras vezes, essas características são consideradas posições particulares de um homem que, tendo nascido e se criado burguês, recusava sua classe por um ideal aristocrático. Mas é preciso também notar que a religiosidade e o partido monárquico não são tão avessos aos ideais burgueses como se pode acreditar. Veja-se este argumento de Benassis: “Religião quer dizer *Laço*, e, certamente, o culto, ou, com outras palavras, a religião externada, constitui a única força capaz de unir as espécies sociais e lhes dar uma forma durável” (BALZAC, 1958, p. 352, grifo do autor). A religião não é recusada pelo burguês, que jamais deixa de enxergar seu lado prático e utilitário de mecanismo de aglutinação das massas e uniformização cultural. Por outro lado, se o individualismo e a vida privada são valores fundamentais do projeto burguês, seu ideal é o de elevá-los ao *status* de conduta coletiva e norma pública. Trata-se, aqui, daquele paradoxo apontado por Boaventura de Sousa Santos (2000, p. 77-78) para o projeto sócio-cultural da modernidade, que se apóia em dois pilares, o da emancipação e o da regulação: de um lado, o projeto individualista burguês pleiteia a liberdade de pensamento e ação, numa “aspiração de autonomia” para o sujeito; de outro, busca a “concretização de objetivos práticos de racionalização global da vida coletiva e da vida individual”.

Perseguindo a máxima de que, “para o *maire* da aldeia, como para o conquistador, os mesmos princípios: a nação e a comuna são um mesmo rebanho”, pois, “por toda parte a massa é a mesma” (BALZAC, 1958, p. 339), Benassis oferece a fórmula para produzir uma sociedade “igualitária”:

Todo poder tende para a conservação. Para viver, hoje como antigamente, os governos devem aliciar os homens fortes, trazendo-os de onde quer que estejam, a fim de fazer deles seus defensores e subtrair das massas os indivíduos enérgicos que as agitam. Oferecendo à ambição pública caminhos simultaneamente árduos e fáceis, árduos para as veleidades incompletas, fáceis para as vontades reais, um Estado previne as revoluções causadas pelo constrangimento do movimento ascendente das verdadeiras superioridades para seu nível. Nossos quarenta anos de tormenta devem ter demonstrado a um homem de bom-senso que as superioridades são consequência da ordem social (BALZAC, 1958, p. 406).

A ordem depende de converter possíveis desvios em força afinada com o projeto total e totalizador. Revoluções são sintomas de um projeto que falhou, por isso a utopia, completa em todas as suas arestas, não pode comportar a ação revolucionária. Da mesma forma, a direção deve ser uma só para todo o corpo social, daí

esta regra de legislação utópica na boca de Benassis: “Um povo que tem quarenta mil leis não tem lei” (BALZAC, 1958, p. 407).

6. DIRIGISMO

O unidirecionamento social faz dos habitantes da utopia o “rebanho” em que os vê o médico de Balzac e é traço característico da organização utópica:

L'utopie est par nature contraignante. La vertu, devenue réflexe conditionné, y enserre l'homme dans un carcan, fait des automates évoluant dans des ruches géométriques. Partout les décrets tombent comme des couperets dans une sorte d'ivresse de réglementation et d'uniformisation où rien n'est laissé au hasard ni à l'initiative personnelle (TROUSSON, 2004, p. 36).

As utopias são “cidades que o mal não toca” (CIORAN, 1994, p. 103), de onde ele está “excluído por princípio e por razão de Estado”, lugar em que “as trevas estão proibidas, só a luz é admitida” e onde não se vê “nenhum vestígio de dualismo”, pois “a utopia é, por essência, antimaniqueísta. Hostil à anomalia, ao disforme, ao irregular, tende para o fortalecimento do homogêneo, do modelo, da repetição e da ortodoxia” (CIORAN, 1994, p. 107). Nas utopias, vemo-nos “obrigados a uma felicidade feita de idílios geométricos, de êxtases regulamentados, de mil maravilhas repugnantes: assim se apresenta necessariamente o espetáculo de um mundo *perfeito*, de um mundo fabricado” (CIORAN, 1994, p. 103, grifo do autor). Invertendo o lugar da utopia, Cioran a define como a edificação do Inferno na Terra, aquele ideal de Mara, de Ahriman e do Tentador, quando tentaram seduzir respectivamente Buda, Zoroastro e Cristo: “a supremacia sobre a terra” (CIORAN, 1994, p. 108), pois,

planejar uma sociedade na qual, segundo uma etiqueta aterradora, nossos atos são catalogados e regulamentados, na qual, por uma caridade levada até a indecência, se preocupam com nossos pensamentos mais íntimos, é transportar os tormentos do inferno para a idade de ouro, ou criar, com a ajuda do diabo, uma instituição filantrópica. Solares, utópicos, harmônicos – seus nomes horríveis se parecem com seu destino, pesadelo que também nos está reservado, já que nós mesmos o transformamos em ideal (CIORAN, 1994, p. 111).

A utopia é o discurso do sujeito pleno, um discurso sem o Outro, a mais requintada forma da hegemonia cultural. É por isso que Cioran atribui veracidade utópica apenas àquelas utopias que se revelam “falsas”, isto é, que recusam a ilusão de uma hegemonidade.

No caso de *O Médico Rural*, o dirigismo é ainda mais evidente do que em utopias anteriores, uma vez que ali chegam a seu ponto máximo os valores individualistas do pensamento burguês e o social torna-se reflexo de uma visão particularista

de racionalidade e ordem. Bornheim (1992, p. 248) observa que “a proposta do projeto burguês é essa aventura em tudo inédita do individualismo”. Na comunidade de Benassis, o conceito de bem-estar é a visão particular do médico do que deve se considerar uma sociedade perfeita: “Para mim, os progressos intelectuais estavam inteiramente nos progressos sanitários. [...] Quem trabalha come, e quem come pensa” (BALZAC, 1958, p. 327). Eis a Shangri-Lá de um médico burguês: o progresso está no trabalho, e este, na robustez do operário. Uma vez apartados os loucos e deficientes mentais e saneadas as habitações e os estábulos, o comércio e a indústria podem se instalar pela força da mão-de-obra útil e o médico conclui, satisfeito: “Meu empreendimento pôde então desenvolver-se em todas as suas conseqüências” (BALZAC, 1958, p. 329), frase que, iniciada pelo possessivo de primeira pessoa, não deixa esquecer que o projeto utópico burguês é um “empreendimento” individual.

Se a utopia é um gênero preferivelmente burguês, é porque essa classe dispõe a obediência nos próprios fundamentos da organização social e faz da hierarquia familiar o modelo da hierarquia pública. Benassis argumenta:

A base das sociedades humanas será sempre a família. No ponto em que começa a ação do poder e da lei, aí pelo menos deve aprender-se a obediência. [...] Ali os costumes são patriarcais: a autoridade do pai é ilimitada, sua palavra é soberana; ele come sozinho na ponta da mesa, a mulher e os filhos o servem, os que o cercam não lhe falam sem empregar certas fórmulas respeitadas, diante dele todos ficam de pé e descobertos. Criados assim, os homens têm o instinto da sua grandeza. Esses usos constituem, segundo o meu modo de pensar, uma nobre educação. Por isso, nessa comuna eles são geralmente justos, econômicos, laboriosos (BALZAC, 1958, p. 329).

Se o desejo utópico da uniformidade social legitima a religião como ferramenta burguesa, o dirigismo do pensamento individualista aplicado à coletividade justifica, no burguês balzaquiano, a autoridade monárquica. Pois, em que outro regime de governo o indivíduo é mais evidentemente legislador? É assim que vive Benassis, o benfeitor – como em um reinado: “Os reis, tivessem embora a terra, são condenados, como os demais homens, a viver num pequeno círculo a cujas leis estão sujeitos, e sua felicidade depende das impressões pessoais que sentem. Ora, Benassis, por toda a parte no cantão, só encontrava obediência e amizade” (BALZAC, 1958, p. 396). Pelo ideal individualista, na utopia do médico rural não há lugar para o exercício eleitoral: “Quem vota discute”, alega Benassis. “Os poderes discutidos não existem” (BALZAC, 1958, p. 405), daí que “o princípio da eleição é um dos mais funestos à existência dos governos modernos”, pois permite ao “rebanho” pôr em risco a ordem racional da utopia, pelo que conclui o médico: “Os proletários parecem-me os menores de uma nação e devem permanecer sempre sob tutela” (BALZAC, 1958, p. 406). O bom governo é um único pensamento conduzindo a uma

ação igualmente unívoca: “Supor que quinhentos homens, vindos de todos os cantos do império, farão uma boa lei, não é isso um mau gracejo que os povos expiarão cedo ou tarde? Mudam então de tirano, isso é que acontece. O poder e a lei devem, pois, ser obra de um único, o qual, pela força das coisas, é obrigado a submeter incessantemente suas ações a uma aprovação geral” (BALZAC, 1958, p. 408).

7. SONHO DE FELICIDADE COLETIVA

O bem-estar coletivo é o indulto individual para o dirigismo social da utopia: L’utopiste préconise volontiers le *collectivisme*. “*La plupart du temps, la famille a disparu du royaume d’Utopie. La cellule familiale, en effet, constitue aisément un noyau réfractaire à ordre social et fait préférer les intérêts particuliers à ceux de la cité*” (TROUSSON, 2004, p. 36, grifo do autor). Por isso as utopias não se concentram em tramas da intimidade familiar, mas discutem a felicidade global:

Le bonheur en Utopie est-il un bonheur collectif, non une jouissance individuelle et partant suspecte. Chacun y sera heureux, mais à condition de l’être avec les autres, comme les autres et surtout sous les yeux des autres. L’utopiste rêve d’une transparence où chacun serait un miroir: tous se reflètent et se renvoient mille fois leur propre image heureuse, unanime et sans faille (TROUSSON, 2004, p. 36, grifo do autor).

Benassis é o ideal de indivíduo utópico por excelência: nada ganha para si, seus honorários são investidos na melhoria do burgo e no progresso da comuna. Ele prega que “um homem deve desprender-se de todo e qualquer interesse pessoal, para dedicar-se a um pensamento social” (BALZAC, 1958, p. 336). Tomado pelo idealismo altruísta, o indivíduo está, então, pronto para converter outras individualidades ao mesmo propósito comunitário: “A administração não consiste em impor às massas idéias ou vontades mais ou menos justas, e sim em imprimir às idéias boas ou más dessas massas uma direção útil, que as faça concorrer ao bem coletivo” (BALZAC, 1958, p. 337). Explicita-se, aqui, a contradição do projeto burguês: a autonomia do sujeito deve abdicar de si para assegurar a autonomia de todos. A distinção se faz entre interesse pessoal e sentimento de solidariedade humana, o que o projeto da sociedade burguesa em ascensão, segundo Benassis, não considerava: “As grandes coisas sociais não se fazem senão pelo poder dos sentimentos, único capaz de reunir os homens, e o filosofismo moderno baseou as leis sobre o interesse pessoal, que tende a isolá-los” (BALZAC, 1958, p. 403). Assim, a contradição apontada por Boaventura de Sousa Santos evidencia-se especialmente no gênero utópico, pois, se, de um lado, como vimos acima, este é um gênero preferivelmente burguês, graças ao princípio do ateísmo que permite a construção humana do “Paraíso” terrestre, de outro, confiar ao Homem seu destino é confiar a *homens* – no

plural – a construção de um ideal coletivo: quando um deus fala, sua voz é a de um grupo; mas, quando fala o Homem, ouve-se a algaravia babélica de uma legião.

8. O HERÓI COLETIVO

Absolutamente normativa, a utopia não admite divergências, a grande ameaça ao pensamento que se pretende universal. Por isso, *“l’utopie ignore prudemment les personnalités exceptionnelles et les grandes individualités créatrices, précisément parce qu’elles sont inévitablement déviantes et en rupture avec les normes”* (TROUSSON, 2004, p. 49-50). Assim, um dos efeitos do discurso utópico é assegurar um distanciamento afetivo, uma vez que a natureza individualista da emoção ameaça a arquitetura racional da utopia:

No utopismo a componente literária é fundamental exatamente porque deve recorrer à mensagem cifrada, a este disfarce de grande habilidade, para tornar aceitável as sugestões através de uma leitura não atenta. Pronto, talvez o segredo seja realmente este: alguém pode ler um romance utópico sem se sentir envolvido, sem o medo que aquela instituição lhe caia sobre as costas no dia seguinte através de uma revolução social. O lê como um capricho, uma estranheza, mas no entanto se habitua com a idéia, entra naquela ordem, primeiro com a fantasia, depois devagarzinho pensa sobre ela. Quando parar para analisar os males e desigualdades do mundo em que vive, lhe poderá voltar à mente que, veja só, em um livro que havia lido quando era jovem com ânimo leve, só por divertimento, aquele problema parecia ter encontrado uma solução. A utopia não é mais que uma pequena semente sepulta na terra, mas destina a germinar em um futuro melhor (FIRPO, 2005, p. 237).

Ora, no romance tradicional e burguês, o enunciado privilegia o desenvolvimento de um caráter, a exposição de uma personalidade em jogo com o ambiente que a envolve, como afirma Letizia Zini Antunes, comentando as teorias do romance propostas por Hegel e Lukács:

A condição da vida moderna [...] é caracterizada por uma cisão profunda e sofrida entre a essência e a substância, entre o eu e o mundo, entre a vida e o seu significado. [...] Uma vez destruída a unidade entre a vida e sua essência, ou seja, o seu significado, não é mais possível recuperar a totalidade do ser na dimensão da filosofia. [...] As diferentes formas de romance expressam, portanto, maneiras distintas da busca de harmonia com o mundo, mediante a representação da vida privada dos indivíduos e de um herói que é necessariamente problemático (ANTUNES, 1998, p. 182-183).

Esta é, talvez, a maior originalidade da utopia de Balzac, que alia a exposição da sociedade perfeita possível à jornada de um herói que a constitui a partir de sua história pessoal.

A emergência, na narrativa utópica, de um herói sofredor, é absolutamente singular. Trousson (2005, p. 132) observa: “Universo do tempo em suspensão, da temporalidade oca, não romance realista, mas esquematização da realidade, a utopia também não acolhe nenhum herói autônomo”. Cioran (1994, p. 115-116), crítico acerbo do discurso utópico, chega a reconhecer que “o mais louvável nas utopias é haver denunciado os danos que causa a propriedade, o horror que representa, as calamidades que provoca”. Por isso não há lugar para individualidades, na narrativa utópica, que é uma narrativa sem heróis. Ao protagonista reserva-se, em alguns casos, o papel de testemunha ou educando nas normas da sociedade perfeita. Entretanto, nem isso fortalece a personalidade do herói, pois ele não sai transformado: “Os personagens são autômatos, ficções ou símbolos: nenhum é verdadeiro, nenhum ultrapassa sua condição de fantoche, de idéia perdida no meio de um universo sem referências” (CIORAN, 1994, p. 106). O que interessa às utopias é o plano coletivo que o enunciado deve expor, sua arquitetura tem por missão “dizer a cidade”, fazer subsumir as particularidades perante o grande projeto comum:

Archictecture colossale, grandiose, insérée dans un urbanisme géométrique, chargée de célébrer la grandeur, la vertu, les mérites d'une Cité qui ne doit rien qu'à elle-même et à son fondateur mythique, et qui ne saurait s'avilir en se mettant au service des égoïsmes et des vanités. En Utopie, la cité substitue à l'homme, individualité irréductible, un citoyen qui n'existe que dans et par le groupe: c'est à lui seul que l'architecture et les arts sont censés rendre hommage (TROUSSON, 2004, p. 52-53).

Duas histórias pessoais se cruzam nas páginas de *O Médico Rural*: a do militar Genestas e a do médico Benassis. Ao contrário do que ocorre nas utopias tradicionais, as personagens em Balzac ganham cores individuais, sentimentos, idiossincrasias. O militar é “desconfiado, propenso a violentos acessos de cólera, impertinente nas discussões”, “conhecia os hábitos sociais e as leis da cortesia”, “conhecia bem a tática, a manobra, a teoria da esgrima”, mas teve os estudos “descurados” (BALZAC, 1958, p. 299); o médico, por sua vez, se tem seu caráter composto ao longo da exposição da comuna, possui, de início, uma caracterização física minuciosa, imprópria à despersonalização da personagem utópica:

Aquele homem tinha uma fisionomia semelhante à de um sátiro: a mesma testa levemente arqueada, mas cheia de proeminências, todas elas mais ou menos significativas; o mesmo nariz arrebitado, espiritualmente rachado na ponta, as mesmas maçãs salientes. A boca era sinuosa, os lábios grossos e vermelhos. O queixo dobrava-se bruscamente para cima. Os olhos castanhos e animados por um o-

lhar vivo, ao qual a cor nacarada do branco do olho dava um brilho, exprimiam paixões amortecidas. Os cabelos, outrora retos, e agora grisalhos, as profundas rugas da face e as espessas sobranceiras já embranquecidas, o nariz que se tornara cheio de nódulos e de vênulas, sua tez macilenta e sulcada de manchas vermelhas, tudo nele indicava a idade de cinquenta anos e os rudes trabalhos de sua profissão (BALZAC, 1958, p. 310).

Como nesses olhos de “paixões amortecidas”, a figura misteriosa do médico filantrópico vai construindo, página a página, a expectativa da narração de sua vida pretérita, finalmente exposta na “confissão” da quarta parte do livro, o que impede que se desvie a atenção de sua pessoa durante toda a descrição da comuna.

O encontro de Benassis e Genestas é que permite ao primeiro expor seu projeto de sociedade utópica, realizado no meio rural da França. Entretanto, suas histórias não são apenas pretexto para a descrição da comuna, mas, especialmente a do médico, verdadeiro móvel da utopia descrita. Benassis não é, pois, apenas um herói de romance, como o definem Hegel e Lukács, mas a combinação deste com o herói fundador dos mitos antigos, pois, ao mesmo tempo em que luta contra a sociedade urbana de sua época, também funda, com sua dor e suas ações, uma nova cultura. A combinação de narrativa heróica com narrativa utópica, em *O Médico Rural*, faz da conversão da força heróica individual em força de benefício coletivo o eixo maior do enredo deste romance. “Todos nós temos as nossas inclinações, que é preciso saber, ou combater, ou torná-las úteis aos nossos semelhantes”, explica Benassis (BALZAC, 1958, p. 395). Enviado pelo pai a Paris, para estudar medicina e se tornar um homem de “virtude”, Benassis desvia-se do caminho projetado, ferindo a honra e os sentimentos de uma mulher, a jovem Ágata, que morre depois de lhe deixar um filho. Ele tenta recompor a vida, aproximando-se de Evelina, filha de família jansenista, que, ao saber do passado do rapaz, recusa-lhe a mão da moça. Em seguida morre-lhe o filho e, desgostoso, ele se recolhe ao campo em busca de paz e de um trabalho social que o redima:

Eu procurava entrar numa vida diferente daquela cujos pesares me haviam cansado. Veio-me ao coração um desses pensamentos que Deus nos manda para nos fazer aceitar nossos infortúnios. Resolvi educar esta terra como um preceptor educa uma criança. Não faça um mérito da minha beneficência, pois estava muito interessado nela pela necessidade de distrações que sentia. Eu desejava, então, empregar o resto de meus dias numa qualquer empresa árdua (BALZAC, 1958, p. 323).

Fundem-se, desse modo, o gênero utópico ao gênero romanescos, fazendo de um a decorrência necessária do outro. Diferentemente das utopias tradicionais, que são descritas em seu *status quo*, esta é *narrada*, isto é, exposta em seu transcurso da imperfeição à perfeição, pelos atos do herói Benassis, que, para atingir

seus objetivos, precisa enfrentar oponentes, como todo protagonista de narrativa heróica: a resistência dos camponeses contra a segregação dos “cretinos”, a ociosidade dos trabalhadores rurais, a rivalidade dos governantes e proprietários locais, a inércia dos costumes, dentre outros. É a força do herói, vencendo a oposição do caos e a resistência a sua vontade, que eleva a cidade utópica, pois só o respeito ao gesto heróico é capaz de ordenar o mundo: “Os camponeses, tanto como as pessoas da sociedade, acabam por menosprezar o homem a quem enganam. Ser enganado não é ter praticado um ato de fraqueza? Somente a força governa” (BALZAC, 1958, p. 340). Aqui, a vitória do indivíduo, isto é, da personagem heróica, é o bem coletivo e não apenas a redenção pessoal, numa leitura do cristianismo que o reata aos ideais burgueses, segundo este discurso de Benassis:

A vida humana é sem dúvida uma última provação para a virtude como para o gênio, igualmente solicitados por um mundo melhor. A virtude e o gênio se me afiguram as duas mais belas formas daquele completo e constante devotamento que Jesus Cristo veio ensinar aos homens. O gênio permanece pobre iluminando o mundo, a virtude fica em silêncio ao sacrificar-se pelo bem geral (BALZAC, 1958, p. 370).

Esta não é a única passagem em que o benfeitor Benassis é associado a Jesus Cristo. Vimos que Balzac disse deste romance que seria uma “poetização” da *Imitação de Cristo*. Benassis é, pois, um Jesus Cristo do pragmatismo burguês. Quando, ao se aproximar do burgo, Genestas encontra uma velha camponesa,

– O Sr. Benassis é um bom médico? – perguntou ele, finalmente.
– Não sei, meu caro senhor, mas ele cura os pobres de graça (BALZAC, 1958, p. 304).

Mais tarde Benassis confessa ao novo amigo: “Quis tornar-me o amigo dos pobres, sem esperar deles a mínima retribuição” (BALZAC, 1958, p. 323), e: “A afeição tácita dos habitantes é tudo o que pessoalmente ganhei nessas transformações, além do prazer de ouvir todos dizerem-me alegremente, quando passo: ‘Bom-dia, Sr. Benassis’” (BALZAC, 1958, p. 333).

O trabalho de cura e o serviço voluntário, sem nada receber em troca, identificam já inicialmente o médico com o herói cristão, o que acaba se confirmando pelos capítulos V – “A Porta da Casa Dele” – e XIII – “Os Dois Quartos” –, quando, respectivamente, revela-se o desapego do médico com seus próprios bens e a renúncia ao quarto luxuoso, em benefício de Genestas, para ocupar o cômodo mais modesto e desprovido de conforto, dois indicativos de seu desprendimento material, que, associados aos episódios que demonstram sua dedicação abnegada aos moradores da comuna, fazem dessa personagem a “imitação de Cristo” em ação.

Outra personagem é incorporada, contudo, à identidade de Cristo e Benassis, no romance de Balzac: a do general e imperador francês Napoleão Bonaparte, introduzido no enredo para estabelecer a passagem de um a outro. Dividida em cinco partes, a narrativa contém, exatamente no centro dessa estrutura – a terceira parte da trama, intitulada “O Napoleão do Povo” – uma espécie de excerto discursivo, em que Benassis e Genestas ouvem do peão Goguelat uma palestra sobre “esse deus do povo”, em que o operário da comuna, em tom ardoroso e encantado, faz a apologia do general francês. Em sua exaltada admiração por Napoleão, Goguelat fala de “sua aparência com o filho de Deus” (BALZAC, 1958, p. 418) e pontua sua palestra com um bordão que encerra cada episódio maravilhoso da vida deste Napoleão popular: “Era natural isso?”, para indicar o espanto de seus feitos, impróprios à natureza de um homem comum.

Balzac reúne, pois, o mito, a história e a ficção, criando uma personagem heróica com missão coletiva, como o foram o mítico Jesus e o histórico Napoleão. Ao realizar essa conjunção de jornada heróica com proposta de reforma cultural coletiva, ele cria, em *O Médico Rural*, uma categoria híbrida, entre a narrativa utópica e o romance burguês.

9. AUSÊNCIA DO MAL

O hibridismo literário de *O Médico Rural* estabelece também peculiaridades para outra característica da narrativa utópica: o *status* do Mal na ficção.

Por definição, a utopia não permite a presença do Mal, pois ali o Mal é uma idéia errônea a ser vencida. O Mal narrativo é encenado por aquilo que se convencionou chamar de Oponente do herói ou de força antagonista. Não existem, porém, oponentes ou vilões na utopia, de onde todo o Mal foi afastado. Lembremos que, na primeira parte da *Utopia* de Thomas More, quando Rafael Hitlodeu defende suas idéias de um novo mundo, aprendidas no convívio com os utópicos, o próprio More, convertido, no texto, em interlocutor, e seu amigo Pedro Gil transformam-se naqueles que duvidam das reformas e assentam a soberania de um Mal dificilmente erradicável. O primeiro afirma, por exemplo, sobre o socialismo defendido por Hitlodeu: “Longe de compartilhar vossas convicções, *penso, ao contrário*, que o país em que se estabelecesse a comunidade de bens seria o mais miserável de todos os países”; e Pedro Gil duvida de que exista um país perfeito como Utopia: “*Não me persuadeis* jamais que haja nesse novo mundo povos melhor constituídos do que neste” (MORE, 1988, p. 207, grifos meus). Esses opositores, entretanto, são apenas interlocutores introduzidos no texto para fortalecer o poder de argumentação central do narrador, que, a partir das contestações de seus adversários dialógicos, pode demonstrar como a sociedade descrita é infalível, pois dá cabo das dúvidas mais embaraçosas ao projeto utópico. Dessa forma, o Oponente, numa narrativa utópica, possui apenas o *status* de interlocutor, cuja ação reduz-se à palavra dissonante que estimula ao representante utópico desenvolver sua descrição do mundo perfeito.

Como *O Médico Rural* combina a narrativa utópica ao romance burguês, seu enredo apresenta, como já vimos, forças de oposição ao herói Benassis, no percurso da elaboração de sua comunidade ideal. A fase em que o Mal é expulso do espaço ordenado é, pois, narrada simultaneamente à descrição das conquistas existenciais e institucionais. O Bem e o Mal separados surgem no momento em que Genestas chega ao rio do povoado e percebe, na outra margem, os destroços de uma aldeia, e o narrador comenta: “Os cemitérios fazem pensar na morte, uma aldeia abandonada faz meditar sobre os desgostos da vida” (BALZAC, 1958, p. 309). Mais tarde ele descobrirá que aquela era a aldeia miserável que existia antes da chegada de Benassis e agora está separada geograficamente, pelo rio, do rincão enriquecido pelas reformas. O Mal está ali, presente, para lembrar o passado caótico, ainda que relegado às margens dessa utopia, que não possui apenas uma existência estática, mas revelará sua história por meio da biografia de seu fundador e sua origem, no primeiro ato de reforma, o isolamento e o controle dos deficientes mentais, o primeiro Mal local:

As leis não proibem os contatos sexuais entre esses infelizes, protegidos aqui por uma superstição cujo poder me era desconhecido, que a princípio condenei e mais tarde admirei. O cretinismo ter-se-ia estendido, pois, desde este lugar até ao vale. Não era prestar um grande serviço à região suprimir esse contágio físico e intelectual? Apesar de sua urgência, esse benefício podia custar a vida àquele que tentasse realizá-lo (BALZAC, 1958, p. 314).

A dificuldade e o risco de vida mostram o heroísmo da personagem na fundação da utopia, apresentada com dinamismo, por meio de ações que a constituem, e não apenas pelo discurso passivo de um contemplador externo. Na exposição do médico, enfrentam-se os três tempos, mostrando a evolução local como obra de seu agenciamento: o Mal aparece no passado – “*Quando vim* estabelecer-me neste burgo, *havia* nele [...]”, “nenhuma revolução *alcançara* esta região inacessível” (BALZAC, 1958, p. 322, grifos meus) – como força que o herói precisava vencer – “*Tinha de enfrentar* umas quantas coisas, *esbarrava* com umas quantas idéias” (BALZAC, 1958, p. 324, grifos meus); por outro lado, o presente, sim, é descrito, como em toda narrativa utópica, como um lugar já livre das influências malignas: “Não há tipos viciados no nosso vale” (BALZAC, 1958, p. 388).

10. NARRADOR-TESTEMUNHA

Se o herói não é personagem cabível à narrativa utópica, o narrador é categoria fundamental para definir o gênero. A típica narrativa utópica conta com narradores-testemunhas: o primeiro – heterodiegético – conta de seu encontro com um segundo – autodiegético –, que descreve àquele ouvinte intratextual as maravilhas de um país insuspeitado e conhecido em viagem. A função desse segundo nar-

rador é atestar a existência do lugar utópico, de modo a defendê-lo como uma sociedade humana possível: “O ter estado em carne e osso nesse lugar inexistente, ou melhor, o contar ter estado, fornece a resposta factual, concreta, a qualquer objeção possível” (FIRPO, 2005, p. 232). O segundo, geralmente identificado intratextualmente com o próprio autor do livro, também se posiciona no interior do discurso para dar maior credibilidade à narrativa do primeiro, para conferir-lhe posição e situação de realidade não apenas ficcional.

O romance de Balzac apresenta alguma diferença com relação à narração utópica convencional. *O Médico Rural* também é um romance caracterizado pela presença de discursos metadieéticos, isto é, de narrações segundas no interior de narrações primeiras; entretanto, o primeiro narrador inicia a narração em focalização *extradieética*, onisciente, apresentando em terceira pessoa as personagens principais da trama: Genestas, Benassis, a cozinheira Jacquotte, etc. No final do capítulo VII, contudo, encontra-se o seguinte parágrafo encerrando o primeiro diálogo entre Benassis e o militar: “Genestas manifestou uma interrogação tão visível na sua fisionomia e nos seus gestos, que o médico, enquanto caminhavam, contou-lhe a história anunciada por aquele começo” (BALZAC, 1958, p. 313). O capítulo VIII, então, é todo narrado pelo médico, em primeira pessoa, para contar de sua chegada e de suas primeiras dificuldades na reforma do burgo. A narrativa de Benassis retorna no capítulo X, depois que o narrador onisciente reassumiu a narração no capítulo intermediário, e assim segue a estrutura do romance, intercalando narração *extradieética* com *intradieética*. No capítulo XXI, “O Serão” (terceira parte da obra), Benassis confere voz a um terceiro narrador, Goguelat, para falar, também pela focalização *autodieética*, de seu convívio com Napoleão. A transferência da voz de Benassis a Goguelat, nesta metalepse, conduz da personagem ficcional à história e ao mito, como vimos, pois, na voz do povo, o benfeitor histórico Napoleão torna-se celebridade mítica e a personagem individual de Balzac eleva-se a um *status* de emblema coletivo. Com essa passagem de focalizações e estados *actanciais*, a utopia, de existência ficcional, assume feição de possibilidade real e histórica, pois Benassis levou a cabo no espaço da ficção o que Napoleão buscou edificar na França pós-revolucionária e Cristo miticamente idealizou no início do cristianismo. Existem, pois, muitas testemunhas se pronunciando em *O Médico Rural*, para atestar a realidade utópica.

Por outro lado, há que se observar que, como narrador *autodieético*, Benassis está em posição privilegiada: não apenas testemunha a sociedade perfeita, mas é seu próprio idealizador e promotor. Sua exposição por meio da narrativa de seu percurso heróico evidencia o *trabalho* necessário à construção do Paraíso humano. *Vernão* é o bastante; é preciso *agir* como personagem individual para elaborar a sociedade ideal burguesa. Apenas o *homo faber* pode habitar o novo mundo burguês.

Finalmente, a voz de Goguelat cria um nível de leitura metalingüística, uma vez que exemplifica o processo de transcodificação do real em poético, pretendido

pelo próprio Balzac, quando fala da “poetização” da *Imitação de Cristo* e insere em seu romance o episódio do “Napoleão do Povo”. Confessa o narrador, a respeito do serão de Goguelat: “Era um quadro curioso no qual se manifestava a influência prodigiosa exercida sobre todos os espíritos pela poesia. Ao exigir do narrador o maravilhoso sempre simples ou o impossível quase crível, não se mostra o camponês amigo da mais pura poesia?” (BALZAC, 1958, p. 412). Com isso, mostra o autor como a poesia, o lugar da ficção e do ideal, pode propor a crença no impossível, tornando-se espaço privilegiado do utópico.

11. VIAGEM DO REAL AO IDEAL

Parafraseando Bronislaw Baczko, afirma Trousson (2005, p. 108): “A viagem utópica foi durante muito tempo a forma privilegiada do pensamento utópico”, de maneira a alguns críticos, como Vita Fortunati, apontarem a viagem no tempo ou no espaço como princípio constante a todas as utopias; “Simbolicamente, a viagem representaria o abandono dos antigos valores, seguido da descoberta e da aquisição de valores novos. Aventura heróica e itinerário espiritual, ela permite ao viajante criar um ponto de vista de fora, encarnar valores que serão postos em discussão e é a sua presença, enfim, que cria a possibilidade da descoberta e do diálogo.” Os episódios da viagem têm função de ordenar, “como mostrou P. Ronzeaud [...], uma série de etapas na descoberta da alteridade radical” (TROUSSON, 2005, p. 131).

Existem duas viagens no enredo de *O Médico Rural*, mas é a de Genestas, e não a de Benassis, seu expositor, que descobre a sociedade utópica. Benassis apenas descobriu um lugar potencialmente utópico; Genestas esbarrou no ideal realizado, a utopia por definição. É, pois, a viagem deste que inicia a trama do romance: “Em 1829, numa linda manhã de primavera, um homem de cerca de cinqüenta anos de idade seguia a cavalo por um caminho montanhoso que vai ter a uma grande povoação situada perto da Grande-Chartreuse” (BALZAC, 1958, p. 295). A localização espaço-temporal, como a deste excerto, é necessária para situar a viagem e mostrá-la como realizável na realidade conhecida, de maneira a que a utopia não surja como lugar de transcendência, mas posicionada na geografia terrena: “*Most utopias are located in time and space to provide verisimilitude, to make our suspension of disbelief more willing. [...] Later utopias were placed in the future but with a defined past that led to that future*” (SARGENT, 2005, p. 157-158). Antes de conduzir Genestas ao topo de uma montanha, Benassis descreve os arredores da comuna com tal precisão geográfica que seria possível apontá-la num mapa da província francesa: “Elevados a três mil pés, mais ou menos, acima do Mediterrâneo, veremos a Sabóia e o Delfinado, as montanhas do Lionês e o Ródano” (BALZAC, 1958, p. 352). Por outro lado, a escalada da montanha denuncia simbolicamente outra necessidade da narrativa utópica: para encontrar a utopia, é preciso que haja uma evasão espaço-temporal. A utopia se apresenta como “como meta-geográfica e meta-histórica; deve sair tanto fora da geografia quanto da História”, declara Luigi Firpo,

explicando que, “evidentemente, em um mundo conhecido surgiria instantaneamente o desmentido”. Por isso, “vai-se para fora da geografia para poder-se sair da História. É necessário que seja um lugar que ninguém nunca tenha visto, não apenas para evitar o desmentido, mas para fugir ao confronto” (FIRPO, 2005, p. 230-232).

Como na proposta de Balzac, o gênero utópico nasce sob pressão religiosa, mas propõe modelos que escapem à sociedade cristã:

Existe toda uma tradição relevante [...] sobre o tema do homem [...] “*constitutus in puris naturalibus*”, isto é, uma hipótese analítica de como seria o homem, e como se comportaria e raciocinaria, se não tivesse jamais recebido a Revelação. Esposar o modelo de Estado perfeito com a racionalidade humana, recuperada na sua dignidade pelo humanismo, é de fato a grande tentativa dos utopistas do século de ouro, os mais criativos. Este mundo deve gerir-se pela razão, sua comunidade deve atender a leis “rigorosamente racionais” (FIRPO, 2005, p. 232-233).

Se a utopia é de inspiração religiosa, ela se eleva, contudo, como modelo alternativo à religião institucionalizada, por isso deve se localizar num espaço de pura racionalidade, isto é, superior ao real. Entretanto, esse lugar ideal também é concretizado, em *O Médico Rural*, por meio de generalizações que elegem o espaço nativo como *locus* perfeito para a construção da utopia, valor, aliás, que acompanha as utopias burguesas desde pelo menos o *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, e o *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre. Benassis diz da cidade: “Em Paris tudo são armadilhas e dores para as almas que nela querem achar sentimentos verdadeiros” (BALZAC, 1958, p. 448), e ainda: “Essa grande cidade parece ter tomado o encargo de encorajar somente os vícios” (BALZAC, 1958, p. 437). O espaço antípoda campestre já é denunciado pelo próprio Genestas, quando chega ao burgo: “Neste lugar a civilização está pouco adiantada, as religiões do trabalho estão em pleno vigor e a mendicância ainda não penetrou – pensou Genestas” (BALZAC, 1958, p. 307), sentimento que depois é confirmado por Benassis: “Em verdade, a vida da campanha mata muitas idéias, mas enfraquece os vícios e desenvolve as virtudes. Com efeito, quanto menor for a aglomeração de homens num ponto, menor será nele o número de crimes, de delitos, de maus sentimentos. A pureza do ar contribui em muito para a inocência dos costumes” (BALZAC, 1958, p. 353-354). A apologia da vida campestre de *O Médico Rural* constitui uma fórmula utópica com lugar pré-determinado: o Paraíso é possível, mas, para encontrá-lo, é preciso reencontrar a inocência primitiva, hoje confinada no espaço rural.

12. O TEMPO PREMATURO

Se a utopia retoma, muitas vezes, valores de inocência perdidos, por outro lado sua realização sempre aponta para um tempo futuro. Para Luigi Firpo (2005, p.

228), a característica mais importante para definir uma utopia é uma “lúcida consciência do seu caráter prematuro”. A utopia, diz o autor, “é historicamente uma mensagem na garrafa, a mensagem de um naufrago”. O utopista é, na verdade, um realista, sabe que sua mensagem não será aceita por seus contemporâneos (FIRPO, 2005, p. 229). “Esta é a motivação pela qual alguém se põe a escrever um texto utópico, e não, ao invés, um programa, uma proclamação às multidões, o manual de uma revolução, em suma, uma das tantas expressões e formulações simplesmente literárias que acompanham ou materializam uma ação política” (FIRPO, 2005, p. 230). É, aliás, o tempo um dos critérios de distinção entre a utopia como gênero narrativo e o utopismo: o utopismo só existe como ideal futuro e não apresenta concretização presente; a utopia, por sua vez, existe como sociedade presente ficcionalmente, mas apontando para um futuro possível diante da realidade compartilhada por autor e leitor.

A inserção do “Napoleão do Povo” no interior do romance de Balzac, por si já indica o sentimento de frustração diante do impedimento, a meio termo, do projeto revolucionário, a cujo desvio a utopia de Benassis desponta como alternativa proposta. A este índice acrescentam-se as frequentes referências à França “real”, como oposta ao que na comuna se logrou edificar, e vemos como a utopia de Benassis, ainda que no presente ficcional, assinala-se temporalmente como um futuro “real” e possível. É o que indica esta congratulação de Genestas com Benassis: “Se, em todas as localidades, todos o imitassem, senhor, a França seria grande e poderia zombar da Europa – exclamou Genestas, exaltado” (BALZAC, 1958, p. 334), em que a oração no condicional indica a prematuridade do projeto do médico rural.

O próprio discurso de Benassis anuncia a situação prematura de todo criador de utopias:

O legislador, senhores, deve ser superior a seu século. Ele verifica a tendência dos erros gerais, e precisa os pontos para os quais tendem as idéias de uma nação; trabalha, pois, mais ainda para o futuro do que para o presente, mais para a geração que se está desenvolvendo do que para a que declina. [...] Muitas vezes a tendência das leis deve estar na razão inversa da tendência dos costumes (BALZAC, 1958, p. 407).

Entretanto, a utopia de Balzac é uma edificação do trabalho e não pode, pois, existir para sempre na imutabilidade. Assim, haverá sempre um futuro intratextual, além daquele relacionado ao universo “real”. Benassis reconhece:

Essa boa gente, emancipada de ontem, não está apta ainda para apreender as novas relações que a devem ligar a essas idéias gerais; por enquanto estão ainda nas que engendram a ordem e o bem-estar físico; mais tarde, se alguém continuar a minha obra, eles chegarão aos princípios que servem para conservar os direitos públicos (BALZAC, 1958, p. 351).

Trata-se de uma sociedade burguesa, isto é, com o progresso sempre em vista, com o indivíduo laborioso e a história por móveis constantes. Essa utopia não pode, como outras que a precederam, estacionar, porque é fruto do *trabalho* e porque só existe uma utopia burguesa: a da evolução e da mudança constante e ininterrupta.

13. O ESPAÇO ARQUITETADO E GEOMETRIZADO

Na narrativa utópica, o deslocamento das personagens deve ocorrer não apenas entre o espaço real e ideal, mas no interior da própria utopia, para que esta se faça conhecida. Daí os constantes passeios de Genestas e Benassis pela comuna, como demonstram especialmente os capítulos da segunda parte do livro, adequadamente intitulada “Campo Afora”. É que o espaço utópico é uma ordem geométrica de porções dispostas funcionalmente na estrutura da sociedade perfeita. O programa utópico precisa de um lugar sobre o qual organizar-se e a arquitetura é a dinâmica organizacional da própria narrativa:

La figure géométrique fige les formes et délimite sans équivoque un monde à part, car la cité utopique se replie sur elle-même, souvent sans contact avec l'extérieur pour éviter la corruption. Fondés dans le même esprit, la plupart des centres utopiques se ressemblent, décrits selon un plan invariable: rues tracées au cordeau, ordre impeccable, fontaines, espaces verts, édifices publics colossaux. Rien n'est chaotique ni abandonné au hasard, mais réglé et prévu, puisque l'urbanisme et l'architecture sont censés refléter l'état moral de la cité. C'est l'univers de la rationalité heureuse, les formes carrées, rondes ou hexagonales et les lignes droites sont les signes visibles de l'ordre rationnel manifesté aussi dans la gestion de la cité et l'homme s'y fait par excellence zoon politikon, animal politique, à jamais extrait de l'ordre naturel.

C'est pourquoi, vers quelque époque que l'on se tourne, se retrouve l'obsession d'une mathématisation spatiale qui traduit le refus de se soumettre à la nature et la volonté d'organiser le réel selon la raison (TROUSSON, 2004, p. 42).

Nada, no espaço utópico, está fora do lugar, mas obedece a um plano. Trata-se da materialização de uma idéia, que, ao tomar forma real, ocupa e ordena sua própria geografia:

Les cités utopiques représentent invariablement un progrès considérable sur les cités existantes. Toutes sont propres, débarrassées des immondices, aérées, salubres, littéralement aseptisées – la propreté matérielle étant la représentation visible

d'une morale immaculée. C'est au point que le lecteur a le sentiment de relire sans cesse le même chapitre dans un ordre presque immuable [...]. Rien n'est abandonné, cela va sans dire, à l'initiative ou au caprice individuels. Le plan sort tout armé du cerveau du Législateur, foudrateur de l'Utopie (TROUSSON, 2004, p. 43).

O espaço percorrido e descrito por Benassis é o de um sítio burguês. Depois de narrar o abandono da velha aldeia por casas saneadas e modernas, as primeiras instalações apresentadas pelo médico ao militar visitante são as indústrias e o comércio:

Hoje temos cinco curtumes; eles absorvem todo o couro do departamento, e vão mesmo algumas vezes buscá-los na Provença, e cada um deles tem seu moinho para pulverizar. [...] O outro homem [...] descobriu o meio de fabricar, mais barato do que em qualquer outro lugar, os chapéus de abas largas usados na região; ele os exporta para todos os departamentos vizinhos, até para a Suíça e a Sabóia. Essas duas indústrias, fontes inesgotáveis de prosperidade, no caso do cantão poder manter a qualidade dos produtos e seu baixo preço, sugeriram-me a idéia de fundar aqui três feiras anuais (BALZAC, 1958, p. 332-333).

Desenha-se, então, o espaço urbano com sua geometria social e política peculiar:

O principal ajudante de um notário de Grenoble [...] foi solicitar em Paris o estabelecimento de um cartório de notas; seu requerimento foi atendido. Seu cargo nada lhe custando, foi-lhe possível construir uma casa em frente à do juiz de paz, na praça do novo burgo. [...] No próximo ano nos virá sem dúvida um farmacêutico, depois um relojoeiro, um negociante de móveis e um livreiro, enfim, as superfluidades necessárias à vida. Talvez acabemos tomando feitiço de uma pequena cidade e tendo casas burguesas (BALZAC, 1958, p. 333).

Novamente esbarramos em paradoxos constituintes do projeto burguês. Aqui, o apelo ao nativismo demonstra-se, em essência, uma demanda por espaços selvagens para que recebam as cores da civilização, esta, sim, o maior escopo de todo projeto racionalista. Este é outro traço de parentesco entre burguesia e pensamento utópico, pois, em toda utopia, o espaço é racionalizado, organizado, hierarquizado, de maneira a atender às necessidades das exigências do modelo ideal:

La géométrisation de l'espace n'est pas innocente: en imposant au monde la rationalité humaine, elle organise en système un urbanisme qui conditionnera le mode de vie. Architecture et

construction utopique sont ainsi liées dès le début de l'histoire de l'utopie. Cet urbanisme suit les ordres de l'intelligence, domine le milieu originel, l'aménage et l'adapte aux besoins selon la logique. L'homme crée désormais son habitat et l'organise systématiquement et à sa guise (TROUSSON, 2004, p. 37).

Nessa nova ordem, a hierarquia é necessária, ou a cidade não funciona. Daí que o ideal democrático do iluminismo burguês acaba tropeçando na necessidade de outras divisões sociais, como aponta Benassis em sua comuna “perfeita”: “Existem na comuna doze casas ricas, cem famílias abastadas, duzentas que prosperam. O resto trabalha” (BALZAC, 1958, p. 333). Esta Metrópolis rural também tem seu quinhão de operários alienados dos ganhos sociais e ocultos em seu subsolo.

14. SUBORDINAÇÃO ESTILÍSTICA DA NARRAÇÃO À DESCRIÇÃO

Notamos acima que a narrativa utópica recusa o herói romanesco. Trousson (2005, p. 132-133) afirma que, no texto utópico,

o romanesco só se desdobra nas passagens que precedem ou seguem imediatamente a utopia propriamente dita. Nada surpreendente, já que, por natureza, a utopia subordina a narração à descrição, portanto nega o romance concebido como *história*, ou seja, uma seqüência de acontecimentos encadeados no tempo e segundo um princípio de causalidade [...]. Seu princípio estrutural é a adição de elementos demonstrativos, o mosaico, não o encadeamento significativo. Universo da harmonia, ela ignora a contestação e a dissidência: nela o romanesco só pode ser, portanto, elementar, descritivo, de uma identidade ontológica dos seres e das instituições. A estrutura propriamente romanesca só mudará a partir da emergência da antiutopia moderna, em que se infiltra enfim uma visão individualista e contestadora ausente da utopia clássica. Com a oposição fundamental entre o herói e o mundo se reconstituem enfim os componentes primeiros do romance: ação, intriga, peripécias, tensão, desenlace de uma história.

Dessa maneira, a narração em seu estado mais puro, de ações encadeadas numa trama, de tensão e conflito entre personagens e ambiente, está de certa forma reduzida no enredo utópico, onde predomina o discurso descritivo. Não só é preciso apresentar a sociedade ideal, mas é fundamental apresentá-la em detalhes: “O realismo da informação é um elemento fundamental do utopismo, porque é aquilo que assegura credibilidade enquanto, aos olhos de um leitor não particularmente astuto, dissocia o discurso político-utópico do puro e simples romance de aventura. A minúcia das descrições é um fator decisivo em vista da credibilidade” (FIRPO, 2005, p. 231).

O estilo de Balzac é reconhecidamente descritivo, qualidade que, se pode comprometer aos olhos de alguns leitores o andamento de outros romances, em *O Médico Rural* colabora para o êxito da obra. Descrições da localização espacial do burgo, dos cenários ordenados pela ação do médico, das comunidades “atrasadas” em comparação com as modeladas pelo ideal utópico, da bulha parisiense em contraste com a serenidade do campo, das instalações comerciais, industriais e culturais que mantêm a comuna, da natureza que sustenta os dotes da região comunal, do trabalho regrado e dos ciclos produtivos no sítio rural, dos habitantes do campo e de seus costumes e eventos folclóricos, todas convergem para um edifício textual que atende perfeitamente à necessidade de completude estrutural para a exibição do projeto utópico. Capítulos inteiros, ou na sua quase totalidade, são dedicados às descrições de espaços e personagens: “A Terra”, “Uma Vida de Soldado como Há Poucas”, “O Burgo”, “A Porta da Casa Dele”, “Eis o Homem” estão na primeira parte da obra e, mesmo antecipando a descrição da comuna por Benassis, que só se inicia no oitavo capítulo, dedicam-se às descrições do cenário de viagem e das personagens principais. A partir da chegada de Genestas, os excertos descritivos se multiplicam, pela explanação do médico ao visitante, como já pudemos verificar em outros momentos deste artigo.

Resta observar que, não obstante a presença maciça da descrição na obra, ainda assim Balzac inaugura, deste ponto de vista, uma utopia moderna, em que a narração assume também posição central, com um protagonista em conflito, o que valoriza a ação na trama, tradicionalmente preterida no gênero utópico tradicional.

15. DIGRESSÕES SÓCIO-POLÍTICAS

Não são apenas as descrições que desviam o gênero utópico do estilo narrativo a rigor. Predominam também no texto utópico as digressões dissertativas para comentar as razões das instituições modelares da cidade utópica, responder às provocações e às dúvidas dos interlocutores, pregar as soluções para os problemas que impedem o bom andamento social. Como nota Trousson (2004, p. 48), “*dans l’ensemble, l’utopie, projet de société complexe, s’attarde avant tout sur les questions politiques et socioéconomiques*”.

É comum, portanto, Benassis pontuar seu discurso a Genestas e a outros interlocutores, com comentários pessoais explicativos de sua conduta no burgo, como este, em que compara seu projeto à prática política de grandes nações antigas e modernas:

Quando um país está em pleno rendimento e seus produtos em equilíbrio com o seu consumo, é preciso, para criar novas fortunas e aumentar a riqueza pública, fazer no exterior trocas que possam trazer um ativo constante na sua balança comercial. Esse pensamento determinou sempre os Estados sem base territorial, como Tiro, Cartago, Veneza, a Holanda e a Inglaterra, a se apoderarem do comércio

de transportes. Procurei para a nossa pequena esfera um pensamento análogo, a fim de criar uma terceira era comercial (BALZAC, 1958, p. 332).

Ou este outro, em que explica porque não dispõe suas experiências num manual para os governos aplicarem em seus respectivos domínios:

Infelizmente, não se esclarece um governo, e, de todos os governos, o menos suscetível de ser esclarecido é aquele que julga difundir luzes. [...] Em matéria de comércio, encorajamento não quer dizer proteção. A verdadeira política de um país deve tender a libertá-lo de todo tributo para com o estrangeiro, mas sem o auxílio vergonhoso das alfândegas e das proibições. [...] (BALZAC, 1958, p. 335).

O excerto não está transcrito na íntegra, porque, no texto de Balzac, ele ganha algumas páginas. Além disso, são muitas as passagens como estas e as que aqui se registram servem apenas de ilustração a essa característica do gênero utópico altamente evidente neste romance de Balzac. Basta notar, como últimos indicativos desses excursos, que os capítulos X e XI, em que Benassis inicia a exposição de sua comuna para o militar, denominam-se, respectivamente, “Tratado de Civilização Prática” e “Conclusão do Tratado”, o que demonstra o teor dissertativo de seu conteúdo. Igualmente, o capítulo que antecede o serão de Goguelat, é nova oportunidade para Benassis expor suas idéias numa conversa com comensais em sua casa e, embora o capítulo se intitule “Palestra de Gente Boa”, a conversa se revela antes um monólogo, em que mais de dois terços do texto transcreve falas de Benassis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrendo as características que definem o gênero utópico, Balzac atualiza a utopia, combinando-a ao gênero romanesco. Estabelecendo o que seria uma sociedade perfeita segundo o princípio burguês do individualismo acentuado, marca especial do pensamento no século XIX, o autor francês traz para o gênero novos traços, que serão incorporados às utopias futuras: a presença de um herói em jornada pessoal, a multiplicação das vozes narradoras, a impossibilidade da fixação do movimento peculiar ao projeto utópico renascentista.

Ao confrontar, na mesma narrativa, utopia coletiva e vontade individual, Balzac abre canal para a própria crítica do ideal utópico, tônica das narrativas utópicas do século XX, como a praticaram Aldous Huxley, em *Admirável Mundo Novo*, ou, entre nós, Darcy Ribeiro, com seu *Utopia Selvagem*. Multiplicando as vozes das testemunhas utópicas, ele denuncia os mitos que a edificam, pluraliza e relativiza o pensamento utopista. Optando pelo dinamismo, condena sua estabilidade congênita.

Paulo Sérgio Marques

INDIVIDUALISMO E UTOPIA: ELEMENTOS DA NARRATIVA UTÓPICA EM *O MÉDICO RURAL*, DE BALZAC

A introdução do indivíduo no espaço da utopia revela sua tirania racionalista e as contradições ocultas no projeto da modernidade. Como modelo apoteótico do ideal burguês, *O Médico Rural* desnuda suas falhas e anuncia seu fim.

A verdadeira utopia parece estar mais além – é a conclusão final que resta a um bom leitor de Balzac.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Letizia Zini. Teoria da Narrativa: O Romance como Epopéia Burguesa. In: ANTUNES, Letizia Zini (org.). *Estudos de Literatura e Lingüística*. São Paulo: Arte & Ciência; Assis (SP): FCL/Unesp, 1998, p. 179-220.

BALZAC, Honoré de. *O Médico Rural*. Tradução de Vidal de Oliveira. Porto Alegre: Globo, 1958.

BORNHEIM, Gerd. O Sujeito e a Norma. In: NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 247-260.

CIORAN, Émile Michel. *História e Utopia*. Tradução de José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FALCON, Francisco José Calazans. Utopia e Modernidade. In: MORUS: UTOPIA E RENASCIMENTO. Campinas: Unicamp, 2005, n. 2, p. 161-184.

FIRPO, Luigi. Para uma Definição de “Utopia”. *Morus: utopia e renascimento*. Campinas: Unicamp, n. 2, 2005, p. 225-237.

MORE, Thomas. *A Utopia*. Tradução de Luís de Andrade. 4ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988, Col. Pensadores.

RÓNAI, Paulo. Introdução a “O Médico Rural”. In: BALZAC, Honoré de. *O Médico Rural*. Porto Alegre: Globo, 1958, p. 289-294.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SARGENT, Lyman Tower. What Is a Utopia? *Morus: utopia e renascimento*. Campinas: Unicamp, n. 2, 2005, p. 153-160.

TROUSSON, Raymond. La Cite, l'Architecture et les Arts em Utopie. *Morus: utopia e renascimento*. Campinas: Unicamp, n. 2, 2004, p. 35-53.

Paulo Sérgio Marques

INDIVIDUALISMO E UTOPIA: ELEMENTOS DA NARRATIVA UTÓPICA EM *O MÉDICO RURAL*, DE BALZAC

TROUSSON, Raymond. Utopia e Utopismo. *Morus: utopia e renascimento*. Campinas: Unicamp, n. 2, 2005, p. 123-135.

INDIVIDUALISMO AND UTOPIA: ELEMENTS OF UTOPIAN NARRATIVE IN *THE COUNTRY DOCTOR*, BY BALZAC

ABSTRACT: In his novel *The Rural Doctor*, Honoré de Balzac modernizes the utopian narrative, literary genre that Renaissance Culture proposed, by Thomas More's work, *Utopia*. Keeping some traditional aspects, the writer blends them with aspects of romanesque genre in order to produce a utopia of bourgeois individualism. This article intends to define and to specify traditional aspects of utopian narrative, through Raymond Trousson, Luigi Firpo, Lyman Tower Sargent, Émile-Michel Cioran's theories, and to show how these aspects are arranged or exceeded by Balzac's novel.

Keywords: Utopian Narrative – Bourgeois Novel – French Literature – Honoré de Balzac.

Recebido em 31 de maio de 2009; aprovado em 29 de junho de 2009.